

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
<b>Lei de Bases</b>	Lei n.º 19/2014, de 14 abril	Define as bases da política de ambiente
<b>Prevenção e ao controlo integrados da poluição (PCIP)</b>	Declaração Retificação n.º 45-A/2013, de 29 outubro	Retifica o Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição), publicado no Diário da República n.º 167, 1.ª Série, de 30 de agosto de 2013
<b>Licenciamento Único Ambiental</b>	Portaria n.º 137/2017, de 12 abril	Determina a aprovação do modelo do Título Único Ambiental (TUA).
<b>Licenciamento Único Ambiental</b>	Portaria n.º 399/2015, de 5 novembro	Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para atividades industriais ou similares a industriais, nomeadamente, operações de gestão de resíduos e centrais termoelétricas, exceto centrais solares.
<b>Licenciamento Único Ambiental</b>	Declaração de Retificação n.º 30/2015, de 11 maio	Retifica o Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente, que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental, publicado no Diário da República n.º 90, 1.ª série, de 11 de maio de 2015.
<b>Licenciamento Único Ambiental</b>	Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 maio	Aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente, que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental. (retificado pela Declaração de Retificação n.º 30/2015, de 18 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto)
<b>Licenciamento Único Ambiental</b>	Portaria n.º 332-B/2015, de 5 outubro	Estabelece o valor da taxa ambiental única, a sua cobrança, pagamento e afetação da respetiva receita, aplicável aos procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente
<b>Licenciamento Único Ambiental</b>	Portaria n.º 398/2015, de 5 novembro	Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para a atividade pecuária
<b>Licenciamento Industrial</b>	Decreto-Lei n.º 169/2012, de 11 maio	Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema
<b>Licenciamento Industrial</b>	Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 maio	Procede à primeira alteração ao Sistema da Indústria Responsável, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto
<b>Licenciamento Industrial</b>	Portaria n.º 279/2015, de 14 setembro	Identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios a apresentar pelo interessado nos procedimentos com vistoria prévia, sem vistoria prévia e de mera comunicação prévia aplicáveis, respetivamente, à instalação e exploração de estabelecimentos industriais dos tipos 1, 2 e 3, e à alteração de estabelecimentos industriais, nos termos previstos no Sistema da Indústria Responsável

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
Licenciamento Industrial	Portaria n.º 280/2015, de 15 setembro	Define a forma de cálculo, distribuição, modo de pagamento e termos do respetivo agravamento ou redução das taxas e outras despesas devidas pelo requerente nos procedimentos em que intervenham a administração central ou entidades gestoras de Zonas Empresariais Responsáveis, no âmbito do Sistema da Indústria Responsável
Licenciamento Industrial	Portaria n.º 307/2015, de 24 setembro	Estabelece o regime dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil extracontratual
Controlo da Poluição	Diretiva 2010/75/EU do Parlamento europeu e do Conselho, de 24 novembro	Relativa às Emissões Industriais (DEI) (prevenção e controlo integrados da poluição)(reformulação)
Controlo da Poluição	Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 agosto	Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição)
Controlo da Poluição	Portaria n.º 202/2017, de 04 julho	Estabelece os critérios e a metodologia para o reconhecimento de verificador qualificado da prevenção e controlo integrados da poluição, adiante designado por verificador PCIP
Avaliação do Impacto Ambiental	Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 outubro	Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente
Avaliação do Impacto Ambiental	Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 dezembro	Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2014/52/EU
Avaliação do Impacto Ambiental	Portaria n.º 395/2015, de 4 novembro	Aprovou os requisitos e normas técnicas aplicáveis à documentação a apresentar pelo proponente nas diferentes fases da AIA e o modelo da Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
Avaliação do Impacto Ambiental	Portaria n.º 368/2015, de 19 outubro	Fixa o valor das taxas a cobrar no âmbito do processo de AIA
Avaliação do Impacto Ambiental	Portaria n.º 326/2015, de 2 outubro	Fixa os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a AIA
Avaliação do Impacto Ambiental	Decreto n.º 59/99, de 17 dezembro	Aprova a Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais num contexto transfronteiras, concluída a 25 de fevereiro de 1991 em Espoo (Finlândia), no âmbito da Organização das Nações Unidas
Prevenção de Acidentes Graves	Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 agosto	Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas
Prevenção de Acidentes Graves	Portaria n.º 186/2014, de 16 setembro	Aprova os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador do sistema de gestão de segurança para a prevenção de acidentes graves (SGSPAG), bem como as taxas a cobrar pelos atos praticados pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P)

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
Prevenção de Acidentes Graves	Portaria n.º 266/2018, de 19 setembro	Estabelece o valor das taxas a cobrar pela APA, I. P., e pela ANPC pelos atos praticados no âmbito do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, bem como as modalidades de pagamento, cobrança e afetação da respetiva receita
Acesso à Informação sobre Ambiente	Lei n.º 33/2020, de 12 agosto	Adequa a composição da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos ao regime de incompatibilidades previsto no Estatuto dos Deputados, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos.
Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 julho	Estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas
Qualidade do Ar	Lei n.º 40/2019, de 21 junho	Atribui aos técnicos de saúde ambiental a competência para a colheita de amostras de água e de biofilmes em situações de cluster ou surto, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto (estabelece o regime de prevenção e controlo da doença dos legionários)
Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 setembro	Estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a Directiva n.º 2008/50/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Maio, e a Directiva n.º 2004/107/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro
Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 43/2015, de 27 março	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, que estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo as Diretivas n.os 2008/50/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio, e 2004/107/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro
Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 maio	Altera o regime de avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a Diretiva (UE) 2015/1480
Qualidade do Ar - Proteção da Camada de Ozono	Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 maio	Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono
Qualidade do Ar - Proteção da Camada de Ozono	Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 novembro	Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa
Qualidade do Ar - Proteção da Camada de Ozono	Decreto-Lei n.º 35/2008, de 27 fevereiro	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de Agosto, que regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono
Qualidade do Ar - Proteção da Camada de Ozono	Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 agosto	Regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono
Qualidade do Ar - Proteção da Camada de Ozono	Decreto-Lei n.º 119/2002, de 20 abril	Assegura o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes para o Estado Português do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono
Qualidade do Ar - Proteção da Camada de Ozono	Regulamento (CE) n.º 1005/2009 de 16 setembro	relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
Qualidade do Ar - Proteção da Camada de Ozono	Regulamento (UE) n.º 517/2014 de 16 abril	Relativo aos gases fluorados com efeito de estufa e que revoga o Regulamento (CE) n.º 842/2006 Texto relevante para efeitos do EEE
Qualidade do Ar - Proteção da Camada de Ozono	Regulamento (UE) n.º 744/2010 da Comissão, de 18 agosto	Relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono
Qualidade do Ar - Objetivos de redução de emissões	Decreto-Lei n.º 84/2018, de 23 outubro	Fixa os compromissos nacionais de redução das emissões de certos poluentes atmosféricos, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2284
Qualidade do Ar - Objetivos de redução de emissões	Diretiva 2016/2284, de 14 dezembro	relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos, que altera a Diretiva 2003/35/CE e revoga a Diretiva 2001/81/CE, estabelece os compromissos de redução das emissões atmosféricas antropogénicas dos Estados-Membros de dióxido de enxofre (SO <sub>2</sub> ), óxidos de azoto (NO <sub>x</sub> ), compostos orgânicos voláteis não metânicos (NMVOC), amoníaco (NH <sub>3</sub> ) e partículas finas (PM <sub>2,5</sub> ) e exige a elaboração, adoção e execução de programas nacionais de controlo da poluição atmosférica, bem como a monitorização e a comunicação das emissões desses poluentes e dos outros poluentes a que se refere o anexo I e dos respetivos efeitos.
Qualidade do Ar - Objetivos de redução de emissões	Decreto n.º 20/2004, de 20 agosto	Altera a orgânica do XV Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 120/2002, de 3 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 119/2003, de 17 de Junho
Qualidade do Ar - Objetivos de redução de emissões	Decreto n.º 19/2018, de 29 junho	Aprova a alteração do texto e dos anexos II a IX e o aditamento dos anexos X e XI ao Protocolo à Convenção de 1979 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância relativo à Redução da Acidificação, da Eutrofização e do Ozono Troposférico, adotados em Genebra, em 4 de maio de 2012
Qualidade do Ar - Objetivos de redução de emissões	Decreto n.º 13/2017, de 12 abril	Aprova o Protocolo à Convenção de 1979 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, relativo aos Metais Pesados, assinado em Aarhus, Dinamarca, em 24 de junho de 1998
Qualidade do Ar - Objetivos de redução de emissões	Decreto n.º 16/2021, de 9 junho	Aprova a Alteração do Protocolo à Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância relativo aos Metais Pesados, assinado em Aarhus, Dinamarca, em 24 de junho de 1998, adotada em Genebra, em 13 de dezembro de 2012
Qualidade do Ar - Objetivos de redução de emissões	Decreto do Governo n.º 5/88, de 9 abril	Aprova, para adesão, o Protocolo à Convenção de 1979 sobre Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância Relativo ao Financiamento a Longo Prazo do Programa Comum de Vigilância Contínua e de Avaliação do Transporte a Longa Distância dos Poluentes Atmosféricos na Europa (EMEP)
Qualidade do Ar - Chaminés	Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 junho	Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar, e transpõe a Diretiva (UE) 2015/2193
Qualidade do Ar - Chaminés	Portaria n.º 190-A/2018, de 2 julho	Estabelece as regras para o cálculo da altura de chaminés e para a realização de estudos de dispersão de poluentes atmosféricos

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
Qualidade do Ar - Chaminés	Portaria n.º 190-B/2018, de 2 julho	Estabelece os valores limite de emissão (VLE) de aplicação setorial, os VLE aplicáveis a outras fontes não abrangidas por VLE de aplicação setorial, a metodologia de cálculo de VLE e teor de oxigénio aplicável à junção de efluentes e os VLE aplicáveis à queima simultânea de dois ou mais combustíveis
Qualidade do Ar - Chaminés	Portaria n.º 221/2018, de 1 agosto	Estabelece a forma de transmissão e o conteúdo da informação relativa ao autocontrolo da monitorização em contínuo e pontual das emissões de poluentes para o ar, bem como a informação a reportar anualmente
Qualidade do Ar - Compostos Orgânicos Voláteis	Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 agosto	Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição)
Substâncias Perigosas	Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 387/2012, de 25 julho	Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas contidas nos artigos 1.º e 2.º do «decreto que determina a suspensão parcial do artigo 1.º e a suspensão dos artigos 2.º, 8.º, 9.º, 11.º e 14.º das normas de execução do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira», aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em sessão plenária de 20 de junho
Substâncias Perigosas	Lei n.º 63/2018, de 10 outubro	Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos de empresas
Água	Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 315/2014, de 1 abril	Declara a ilegalidade, com força obrigatória geral, das normas do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2012/A, de 9 de maio, na parte aplicável aos recursos minerais marinhos situados nas zonas marítimas portuguesas, por violação do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores; não declara a ilegalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março
Água	DIRECTIVA 2000/60/CE DO Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 outubro	Estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água
Água	Lei n.º 44/2017, de 19 junho	Estabelece o princípio da não privatização do setor da água, procedendo à quinta alteração à Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro
Água	Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 novembro	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres
Água	Lei n.º 35/2013, de 11 junho	Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas.
Água	Lei n.º 10/2014, de 6 março	Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.
Água	Lei n.º 12/2014, de 6 março	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional
Água	Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 julho	Estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de faturação detalhada previsto na Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que procedeu à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, relativamente aos serviços públicos de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
Água	Lei n.º 58/2005, de 29 dezembro	Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas
Água	Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 agosto	Estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, revendo o Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro
Água	Diretiva 98/83/CE, de 3 novembro	Relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano
Água	Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 agosto	Estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. Revoga o Decreto-Lei n.º 74/90, de 7 de Março
Água	Portaria n.º 266/2019, de 26 agosto	Aprova a informação e a sinalética a utilizar pelos produtores e utilizadores de água para reutilização (ApR)
Água	Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 agosto	Estabelece o regime jurídico de produção de água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, bem como da sua utilização
Água	Lei n.º 42/2016, de 28 dezembro	Orçamento do Estado para 2017
Água	Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 junho	Procede à segunda alteração à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas
Água	Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 março	Transpõe a Diretiva n.º 2009/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, e estabelece o regime jurídico da atividade de armazenamento geológico de dióxido de carbono (CO <sub>2</sub> (índice 2))
Água	Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 setembro	Quarta alteração do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, simplificando o regime de manutenção em vigor dos títulos de utilização dos recursos hídricos emitidos ao abrigo da legislação anterior, e primeira alteração do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho, estabelecendo a competência da Agência Portuguesa do Ambiente no domínio da responsabilidade ambiental por danos às águas
<b>Água - Recursos Hídricos</b>	Lei n.º 54/2005, de 15 novembro	Estabelece a titularidade dos recursos hídricos
<b>Água - Recursos Hídricos</b>	Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 maio	Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos
<b>Água - Recursos Hídricos</b>	Decreto-Lei n.º 82/2010, de 2 julho	Prorroga o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos e dispensa os utilizadores desses recursos da prestação da caução para recuperação ambiental quando constituam garantia financeira, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio
<b>Água - Recursos Hídricos</b>	Portaria n.º 1450 /2007, de 12 novembro	Fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos
<b>Água - Consumo Humano</b>	Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 agosto	Estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, revendo o Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro
<b>Água - Consumo Humano</b>	Diretiva 98/83/CE, de 3 novembro de 1998	Relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
Água - Consumo Humano	Diretiva 2020/2184 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 dezembro	Relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano (reformulação)
Água - Consumo Humano	Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 janeiro	Aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas
Água - Consumo Humano	Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 dezembro	Altera o regime da qualidade da água para consumo humano, transpondo as Diretivas n.os 2013/51/EURATOM e 2015/1787
Água - Consumo Humano	Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 julho	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das actividades de serviços
Água - Qualidade	Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 agosto	Estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. Revoga o Decreto-Lei n.º 74/90, de 7 de Março
Água - Qualidade	Portaria n.º 266/2019, de 26 agosto	Aprova a informação e a sinalética a utilizar pelos produtores e utilizadores de água para reutilização (ApR)
Água - Qualidade	Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 agosto	Estabelece o regime jurídico de produção de água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, bem como da sua utilização
Água - Titularidade dos Recursos Hídricos	Lei n.º 54/2005, de 15 novembro	Estabelece a titularidade dos recursos hídricos
Água - Titularidade dos Recursos Hídricos	Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 maio	Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos
Água - Titularidade dos Recursos Hídricos	Decreto-Lei n.º 82/2010, de 2 julho	Prorroga o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos e dispensa os utilizadores desses recursos da prestação da caução para recuperação ambiental quando constituam garantia financeira, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio
Água - Titularidade dos Recursos Hídricos	Portaria n.º 1450 /2007, de 12 novembro	Fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos
Resíduos	Decreto-Lei n.º 175/2002, de 25 julho	Extingue a Comissão Científica Independente de Controlo e Fiscalização Ambiental da Coíncineração, criada pelo Decreto-Lei n.º 120/99, de 16 de abril
Resíduos	Decreto-Lei n.º 86/2020, de 14 outubro	Transpõe diversas diretivas relativas aos veículos em fim de vida e à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamento eléctrico e electrónico
Resíduos	Lei n.º 76/2019, de 2 setembro	Determina a não utilização e não disponibilização de louça de plástico de utilização única nas atividades do setor de restauração e/ou bebidas e no comércio a retalho
Resíduos	Lei n.º 77/2019, de 2 setembro	Disponibilização de alternativas à utilização de sacos de plástico ultraleves e de cuvetes em plástico nos pontos de venda de pão, frutas e legumes
Resíduos	Lei n.º 88/2019, de 3 setembro	Redução do impacto das pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros no meio ambiente
Resíduos	Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 dezembro	Unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor, transpondo as Diretivas n.os 2015/720/UE, 2016/774/UE e 2017/2096/EU
Resíduos	Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 dezembro	Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
Resíduos	Retificação n.º 3/2021, de 21 fevereiro	Retifica o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, do Ambiente e Ação Climática, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852
<b>Resíduos - Movimento Transfronteiriço de Resíduos</b>	Portaria n.º 172/2012, de 24 maio	Primeira alteração à Portaria n.º 242/2008, de 18 de março, que estabelece os termos do pagamento de taxas a cobrar pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) pela apreciação dos procedimentos relativos à notificação de transferência de resíduos que se destine à importação, exportação e trânsito
Resíduos - Movimento Transfronteiriço de Resíduos	Portaria n.º 242/2008, de 18 março	Estabelece os termos do pagamento de taxas a cobrar pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) pela apreciação dos procedimentos relativos à notificação de transferência de resíduos que se destine à importação, exportação e trânsito, e revoga a Portaria n.º 830/2005, de 16 de Setembro
Resíduos - Movimento Transfronteiriço de Resíduos	Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 junho	Relativo a transferências de resíduos
Resíduos - Movimento Transfronteiriço de Resíduos	Regulamento Delegado (UE) 2020/2174 da Comissão, de 19 de outubro 2020	Altera os anexos I-C, III, III-A, IV, V, VII e VIII do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a transferências de resíduos
Resíduos - Movimento Transfronteiriço de Resíduos	Regulamento (CE) n.º 1418/2007 de 29 novembro	Relativo à exportação de determinados resíduos, para fins de valorização, enumerados no anexo III ou no anexo III-A do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho para certos países não abrangidos pela Decisão da OCDE sobre o controlo dos movimentos transfronteiriços de resíduos
Resíduos - Movimento Transfronteiriço de Resíduos	Convenção de Basileia relativa ao controlo dos movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua eliminação, de 22 março 1989	Convenção de Basileia sobre o controlo de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua eliminação
Resíduos - Movimento Transfronteiriço de Resíduos	Decisão da OCDE sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Destinados a Operações de Recuperação	Decisão da OCDE sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Destinados a Operações de Recuperação
<b>Resíduos - Fluxo Específicos de Resíduos</b>	Decreto-Lei n.º 152-D/2017 de 11 dezembro	Unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor, transpondo as Diretivas n.os 2015/720/UE, 2016/774/UE e 2017/2096/EU
Resíduos - Fluxo Específicos de Resíduos	Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 dezembro	Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852
<b>Resíduos - Classificação de Resíduos</b>	Decisão 2014/955/EU, da Comissão, de 18 dezembro	Altera a Decisão 2000/532/CE relativa à lista de resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
Conservação da natureza e biodiversidade e Áreas protegidas	Lei n.º 13/86, de 21 maio	Assistência ao Governo Regional da Madeira na defesa das Ilhas Selvagens, como reserva natural.
Conservação da natureza e biodiversidade e Áreas protegidas	Retificação n.º 00/88, de 11 novembro	Retificação à Lei n.º 90/88, de 13 de agosto - proteção do lobo ibérico
Conservação da natureza e biodiversidade e Áreas protegidas	Lei n.º 51/90, de 27 agosto	Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 241/88, de 7 de julho (criação da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina)
<b>Fiscalidade Ambiental</b>	Lei n.º 42/2016, de 28 dezembro	Orçamento do Estado para 2017 – artigo 200.º que alterou o artigo 28.º do Código do IVA
Fiscalidade Ambiental	Lei n.º 114/2017, de 29 dezembro	Orçamento do Estado para 2018 – artigo 288.º
<b>Responsabilidade Ambiental</b>	Lei n.º 25/2019, de 26 março	Quarta alteração à lei-quadro das contraordenações ambientais, consagrando o princípio do não aviso prévio de ações de inspeção e fiscalização
Responsabilidade Ambiental	Lei n.º 81/2015, de 3 agosto	Trigésima sétima alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo integralmente as Diretivas 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa à proteção do ambiente através do direito penal, e 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que altera a Diretiva 2005/35/CE, relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações. (altera os artigos 278.º, 279.º e 280.º do Código Penal)
Responsabilidade Ambiental	Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 novembro	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 45/2014, de 16 de julho, estabelece, com carácter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo
<b>Organizações Não-Governamentais de Ambiente</b>	Lei n.º 82-D/2014, de 31 dezembro	Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental
<b>Ruído - Regulamento Geral do Ruído (RGR)</b>	Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 janeiro	Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro
Ruído - Regulamento Geral do Ruído (RGR)	Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 agosto	Altera o Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído
<b>Ruído - Regime de Avaliação e Gestão de Ruído Ambiental (RAGRA)</b>	Decreto-Lei n.º 136-A/2019, de 6 setembro	Altera o regime de avaliação e gestão do ruído ambiente, transpondo a Diretiva (UE) 2015/996
Ruído - Regime de Avaliação e Gestão de Ruído Ambiental (RAGRA)	Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 julho	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente
<b>Ruído - Acústica de Edifícios</b>	Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 maio	Aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios
Ruído - Acústica de Edifícios	Decreto-Lei n.º 96/2008, de 9 junho	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de Maio, que aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
Ruído - Acústica de Edifícios	Lei n.º 114/2017, de 29 dezembro	Orçamento do Estado para 2018
Ruído - Ruído de Equipamentos	Decreto-Lei n.º 221/2006, de 08 novembro	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Dezembro, que altera a Directiva n.º 2000/14/CE, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior
Solos - Prevenção da contaminação e remediação do solo	Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro	Prova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852
Solos - Prevenção da contaminação e remediação do solo	Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 Julho	Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Directiva n.º 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extractiva
Solos - Prevenção da contaminação e remediação do solo	Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 agosto	Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Directiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição)
Solos - Prevenção da contaminação e remediação do solo	Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 dezembro	Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Directiva n.º 2014/52/EU
REACH - Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Produtos Químicos	Decreto-lei n.º 293/2009, de 13 outubro	Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento REACH (DR n.º 198, 1.ª Série de 13/10/2009)
REACH - Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Produtos Químicos	Regulamento (CE) n.º 1907/2006 de 18 dezembro	Relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas (REACH), que cria a Agência Europeia das Substâncias Químicas.
REACH - Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Produtos Químicos	Regulamento (CE) n.º 340/2008 de 16 abril	Relativo a taxas e emolumentos a pagar à Agência Europeia dos Produtos Químicos
REACH - Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Produtos Químicos	Regulamento (UE) 2020/507 da Comissão, de 7 abril	Altera o Regulamento REACH, no que diz respeito à percentagem de dossiês de registo a selecionar para fins de verificação da conformidade (JO L 110 de 08/04/2020)

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
REACH - Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Produtos Químicos	Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 dezembro	Relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas n.º 67/548/CEE e n.º 1999/45/CE, e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (JO L 353 de 31/12/2008)
REACH - Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Produtos Químicos	Regulamento (UE) 2020/507 da Comissão, de 7 abril	Altera o Regulamento REACH, no que diz respeito à percentagem de dossiês de registo a selecionar para fins de verificação da conformidade (JO L 110 de 08/04/2020)
REACH - Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Produtos Químicos	Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 dezembro	Relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas n.º 67/548/CEE e n.º 1999/45/CE, e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (JO L 353 de 31/12/2008)
CLP - Classificação, Embalagem e Rotulagem	Decreto-lei n.º 220/2012, de 10 outubro	Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento CLP (DR n.º 196, 1.ª Série de 10/10/2012)
CLP - Classificação, Embalagem e Rotulagem	Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 dezembro	Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas n.º 67/548/CEE e n.º 1999/45/CE, e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (JO L 353 de 31/12/2008)
CLP - Classificação, Embalagem e Rotulagem	Decreto-Lei n.º 82/2003, de 23 abril	Relativo à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas
CLP - Classificação, Embalagem e Rotulagem	Decreto-Lei n.º 98/2010, de 11 agosto	Estabelece o regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista à sua colocação no mercado
CLP - Classificação, Embalagem e Rotulagem	Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 maio	Adaptação ao Regulamento (CE) n.º 1272/2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas
Policlorobifenilos (PCB) e os Policlorotrifenilos (PCT)	Decreto-Lei n.º 277/99, de 23 julho	Transpõe para o direito interno as disposições constantes da Directiva n.º 96/59/CE, do Conselho, de 16 de setembro, e estabelece as regras a que ficam sujeitas a eliminação dos PCB usados, tendo em vista a destruição total
Policlorobifenilos (PCB) e os Policlorotrifenilos (PCT)	Decreto-Lei n.º 72/2007, de 27 março	Altera o Decreto-Lei n.º 277/99, de 23 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/59/CE, do Conselho, de 16 de Setembro, e estabelece as regras para a eliminação dos PCB usados, tendo em vista a destruição total destes
Policlorobifenilos (PCB) e os Policlorotrifenilos (PCT)	Regulamento (UE) 2019/1021 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 junho	Relativo a poluentes orgânicos persistentes, estabeleceu 31 de dezembro de 2025 como prazo limite para os Estados-Membros identificarem e retirarem de circulação equipamentos (p. ex.: transformadores, condensadores ou outros recetáculos com líquidos) que contenham PCB em concentrações superiores a 0,005 % e em volumes superiores a 0,05 dm <sup>3</sup> , alterando o disposto na Directiva 96/59/CE do Conselho, de 16 de setembro.
Alterações Climáticas	Lei n.º 93/2001, de 20 agosto	Cria instrumentos para prevenir as alterações climáticas e os seus efeitos
Alterações Climáticas - Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)	Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 abril	Estabelece o regime jurídico aplicável ao comércio de licenças e emissão de gases com efeito de estufa, transpondo a Directiva (UE) 2018/410

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
Alterações Climáticas - Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)	Diretiva 2003/87/CE, de 13 outubro	Relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade e que altera a Directiva 6/61/CE do Conselho
Alterações Climáticas - Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)	Decisão (UE) 2015/1814, de 6 outubro	Relativa à criação e ao funcionamento de uma reserva de estabilização do mercado para o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa da União e que altera a Diretiva 2003/87/CE
Alterações Climáticas - Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)	Decreto-Lei n.º 10/2019, de 18 de janeiro	Procedeu à transposição parcial da Diretiva CELE e regulou o procedimento relativo ao pedido de atribuição de licenças de emissão a título gratuito para o período de atribuição 2021 a 2025 e respetiva submissão à Comissão Europeia até 30 de setembro de 2019.
<b>Alterações Climáticas - Gases Flourados</b>	Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 novembro	Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril
Alterações Climáticas - Gases Flourados	Declaração de Retificação n.º 3-A/2018, de 29 janeiro	Retifica o Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, do Ambiente, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 231, de 30 de novembro de 2017
Alterações Climáticas - Gases Flourados	Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 abril	Revogou o Regulamento (CE) n.º 842/2006
<b>Alterações Climáticas - Gases Flourados - Certificação de Empresas e Pessoas</b>	Regulamento de Execução (UE) 2015/2067 da Comissão, de 17 novembro	Estabelece os requisitos mínimos e as condições para o reconhecimento mútuo da certificação de pessoas singulares no que respeita aos equipamentos de refrigeração fixos, equipamentos de ar condicionado fixos, bombas de calor fixas e unidades de refrigeração de camiões e reboques refrigerados que contêm gases fluorados com efeito de estufa e para a certificação de empresas no que respeita aos equipamentos de refrigeração fixos, equipamentos de ar condicionado fixos e bombas de calor fixas
Alterações Climáticas - Gases Flourados - Certificação de Empresas e Pessoas	Regulamento (CE) n.º 304/2008 da Comissão, de 2 abril	Estabelece os requisitos mínimos e as condições para o reconhecimento mútuo da certificação de empresas e pessoal no que respeita aos sistemas fixos de proteção contra incêndios e extintores que contêm determinados gases fluorados com efeito de estufa
Alterações Climáticas - Gases Flourados - Certificação de Empresas e Pessoas	Regulamento de Execução (UE) 2015/2066 da Comissão, de 17 novembro	Estabelece os requisitos mínimos e as condições para o reconhecimento mútuo da certificação de pessoas singulares que procedam à instalação, assistência técnica, manutenção, reparação ou desativação de comutadores elétricos que contenham gases fluorados com efeito de estufa ou à recuperação destes gases de comutadores elétricos fixos
Alterações Climáticas - Gases Flourados - Certificação de Empresas e Pessoas	Regulamento (CE) n.º 306/2008 da Comissão, de 2 abril	Estabelece os requisitos mínimos e as condições para o reconhecimento mútuo da certificação do pessoal que procede à recuperação de determinados solventes à base de gases fluorados com efeito de estufa dos equipamentos que os contêm
<b>Alterações Climáticas - Gases Flourados - Detecção de Fugas</b>	Regulamento (CE) n.º 1516/2007 da Comissão, de 19 dezembro	Estabelece disposições normalizadas para a deteção de fugas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham determinados gases fluorados com efeito de estufa)

# Legislação Ambiental

Área	Instrumento	Descrição
<b>Alterações Climáticas - Gases Flourados - Detecção de Fugas</b>	Regulamento (CE) n.º 1497/2007 da Comissão, de 18 dezembro	Estabelece disposições normalizadas para a deteção de fugas em sistemas fixos de proteção contra incêndios que contenham determinados gases flourados com efeito de estufa
<b>Alterações Climáticas - Gases Flourados - Rotulagem</b>	Regulamento de Execução (UE) 2015/2068 da Comissão, de 17 novembro	Estabelece o modelo dos rótulos dos produtos e equipamentos que contêm gases flourados com efeito de estufa.
<b>Alterações Climáticas - Gases Flourados - Relatórios de produção, importação, exportação, utilização como matéria-prima e destruição</b>	Regulamento de Execução (UE) n.º 1191/2014 da Comissão, de 30 outubro	Estabelece o modelo e os meios para a apresentação do relatório referido no artigo 19.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos gases flourados com efeito de estufa
<b>Energia - Rotulagem Energética de Produtos</b>	Decreto-Lei n.º 12/2011, de 24 janeiro	No âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, estabelece os requisitos para a conceção ecológica dos produtos relacionados com o consumo de energia
<b>Energia - Rotulagem Energética de Produtos</b>	Decreto-Lei n.º 28/2021, de 20 abril	Assegura a execução do Regulamento (UE) 2017/1369, que estabelece um regime de etiquetagem energética
<b>Energia - Rotulagem Energética de Produtos</b>	Decreto-Lei n.º 60/2021 de 14 julho	Assegura a execução do Regulamento (UE) 2020/740, relativo à rotulagem dos pneus no que respeita à eficiência energética e a outros parâmetros
<b>Energia - Consumidores Intensivos de Energia</b>	Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 abril	Estabelece o sistema de gestão do consumo de energia por empresas e instalações consumidoras intensivas
<b>Energia - Consumidores Intensivos de Energia</b>	Lei n.º 7/2013, de 17 janeiro	Estabelece um regime excecional para a seleção e o recrutamento do pessoal docente dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência
<b>Energia - Consumidores Intensivos de Energia</b>	Decreto-Lei n.º 68- A/2015, de 30 abril	Estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração, transpondo a Diretiva n.º 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética
<b>Energia - Desempenho Energético de Edifícios</b>	Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 agosto	Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços